

Governo quer manter regras do primeiro turno

Líder defende alteração no regimento e exige 280 votos tanto para aprovar ou rejeitar o texto

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Sob a alegação de que as regras de votação do primeiro turno têm que se repetir no segundo turno, o grupo governista passou a defender ontem a manutenção dos Destaques para Votação em Separado (DVS), o que, na prática, transfere aos progressistas a tarefa de colocar os 280 votos necessários à confirmação do texto. Como determinou o presidente Ulysses Guimarães, aquele quorum seria atribuído ao grupo que desejasse mudar o projeto do primeiro turno. Querem ainda, votar capítulo a capítulo, e não o texto global.

Ao defender a posição dos governistas, o líder Carlos Sant'Anna informou que conversou sobre isso com o presidente José Sarney ontem cedo, e recebeu dele apoio para conquistar a manutenção da sistemática vigente nas votações anteriores. Essa é a melhor estratégia formulada para um problema crônico nessa ala: a constatação de que não terá 280 votos para as alterações que deseja fazer.

Sant'Anna, contudo, não repetiu a linguagem agressiva do líder do PFL, José Lourenço, nem o apoiou na ideia de derrubar o texto e começar a Constituinte do zero outra vez. Preferiu contar que tem conversado com muita gente e observado que cresce a disposição de votar contra o texto global, caso não se consiga um amplo acordo partidário ou apenas a manutenção da regra do jogo.

Para defender a tese da manutenção, Sant'Anna recorre a dois documentos que considera irrefutáveis: a emenda constitucional que convocou a Assembleia Nacional Constituinte, pregando a votação em dois turnos; e ao regimento interno, que faz a mesma referência no seu artigo 63, e em alguns parágrafos do projeto de resolução que o modificou.

"Os dois turnos são iguais. O que não podemos aceitar é que o presidente Ulysses Guimarães, solitário e soberanamente, mude as regras do jogo", comentou ainda Carlos Sant'Anna, ne-

gando procedência a gestões visando tirar quorum na votação de hoje ou derrubar logo o texto do primeiro turno. Mas, advertiu: "Não vamos deixá-lo a toque de caixa, no afogadilho, aprovar tudo como está".

Na sua opinião, o Governo quer, num último esforço, despertar a consciência de que o segundo turno não é homologatório, evitando que com quatro ou cinco votações apenas prevaleça o texto do primeiro turno. Para ele, o momento atual leva a reflexão sobre o conteúdo, permitindo que através de revisão criteriosa e responsável eliminem os artigos que pregam a ingovernabilidade ou serviriam para causar um rombo no Tesouro Nacional.

— É indispensável que haja visão crítica e interesse em aperfeiçoar, pregou Sant'Anna defendendo ainda que a votação seja capítulo a capítulo e não apenas concedendo DVS. Todavia, reconheceu que o clima

Ulysses veta o retorno do DVS

A anunciada intenção do governo de adotar o DVS — destaque para Votação em Separado — no segundo turno da Constituinte foi bombardeada pelo presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Em duas entrevistas que concedeu ontem, Ulysses destacou que o DVS — que exigiria 280 votos para a manutenção de pontos aprovados em primeiro turno — não pode ser aceito.

— O DVS foi peculiar ao primeiro turno, e se incompatibiliza com o segundo turno. É preciso que se lembre que agora o projeto é da soberania da Constituinte. Antes não, era do Centrão ou da Comissão de Sistematização.

Ulysses observou que nas normas sobre o segundo turno, encaminhadas "há vinte dias ou mais" aos constituintes, ficou claro que o DVS não poderia ser utilizado durante o segundo turno.

emocional criado com a sugestão do líder do PFL, José Lourenço, de zerar tudo, e a afirmação do presidente Ulysses Guimarães, de que quem defende mudanças está louco, só contribuirá para dificultar o entendimento: "A dissolução nem a loucura se encaixam no processo constituinte".

Tentando comparar as votações a um jogo de futebol, o líder disse que seria como mudar tudo do primeiro para o segundo tempo. Ele argumenta que um bom entendimento serviria como alternativa ao seu grupo, que poderia separar de 15 a 20 pontos essenciais para mudar pelo DVS. Reconheceu que se aprovassem de forma global o anteprojeto, não poderiam alterar mais nada, daí a busca de manter a metodologia anterior. E acha que o presidente Ulysses prefere a homologação o mais rápido possível: "Com isso não vamos concordar", anunciou.

Repetindo a sua clássica alegação de que "cada dia tem sua agonia", Carlos Sant'Anna disse que ainda não pensou numa outra alternativa para o caso de nada conseguir: nem DVS, nem votação por capítulos ou acordos. Fez apenas a ressalva de que um defeito fundamental no texto foi ele criar uma estrutura para o regime parlamentarista, quando ficou o presidencialismo.

Quando ao pronunciamento do presidente José Sarney, disse que ele resume um alerta à opinião pública da responsabilidade da Constituinte com a aprovação de um texto em caráter homologatório e uma tentativa de despertar no Plenário a consciência de que o segundo turno tem o papel de aperfeiçoar, corrigir, ponderar e compatibilizar o que foi feito no primeiro turno.

Por último, disse que ainda não tem em mãos os custos, artigo por artigo, mas só as seis horas de jornada e a anistia passadas de três bilhões de cruzeiros. Quanto a questão da Previdência Social, contou que o documento entregue pelo ministro Renato Archer contradiz suas declarações de que as novas medidas são suportáveis pelo sistema.

JULIO ALCANTARA



Lourenço, Amaral Netto, Passarinho e José Lins: PFL e PDS debatem as fórmulas para retomar a votação

Confronto faz iniciar negociação

JOÃO EMÍLIO FALCÃO
Repórter Especial

O confronto entre o Legislativo e o Executivo em torno da nova Constituição provocou ontem uma série de reuniões no Congresso que terminaram com uma concordância quase unânime: é preciso negociar para evitar que as dificuldades econômicas, constatadas por todos, se acrescente o impasse institucional.

No centro de todas as conversas estava a informação de que o presidente José Sarney faria um duro pronunciamento sobre a ingovernabilidade do País após a nova Carta constitucional, que tornaria incontrolável o processo inflacionário.

O clima de busca de uma solução era visível em todos os locais. O líder do PFL, José Lourenço (BA), frisava, em seu gabinete, que não tinha nenhum interesse em paralisar a Constituinte. Apenas estava lutando para retirar da Constituição alguns artigos inaceitáveis, que aumentariam o déficit público e tornariam o País ingovernável.

Entre esses, citava, repetidamente, o que permite a promoção de dois postos na reserva — "fosse eu que tivesse apresentado essa proposta irresponsável, estariam dizendo que era leviandade; como foi de um esquerdista, ninguém fala" — e a concessão de anistia aos devedores do Plano Cruzado e senadores de imposto de renda.

Lourenço chegou a atenuar suas críticas ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para quem a Constituição será dos "miseráveis". Frisou que não há animosidade pessoal, porém não pode concordar com os abusos aprovados.

Dos diversos e sucessivos encontros, o mais importante foi o do presidente Ulysses com o senador Jarbas Passarinho (PA), que antes se reuniu com o deputado Nelson Mobim (RS), líder do PMDB. Passarinho solicitou a Ulysses que usasse sua influência para a busca de um consenso em torno dos itens mais polêmicos, que seriam analisados sem partidatismo, visando apenas o interesse público.

Na reunião da bancada do PDS, marcada para hoje de manhã, Passarinho fará um relato das dificuldades que podem ocorrer com a nova Constituição e da responsabilidade de todos na votação do segundo turno. Ele não se conforma com a documentação do ministro Renato Archer sobre as implicações dos novos benefícios na área da Previdência. Caso todas elas sejam mantidas, o mínimo que acontecerá será um brutal aumento da alíquota previdenciária, capaz de torná-la insuportável.

O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos principais articuladores do Centrão, passou bastante tempo conversando com o senador Roberto Campos (PDS-MS), que continua defendendo um emenda para corrigir a Constituição de 67. Luiz Eduardo, em diversas vezes, defendeu o pronunciamento do presidente José Sarney: "Ele tem que falar. E da responsabilidade dele como Presidente da República".

O senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) deu, a alguns repórteres, seu depoimento sobre a repercussão da anistia aos microempresários. Ele votou contra por convicção, mas, quando o fez, achava que seria muito criticado. Encontrou, porém, uma grande receptividade para sua posição e está disposto a lutar pela revisão da anistia.

Mesa apelará aos governadores

O deputado Ulysses Guimarães está determinado a iniciar ainda hoje a votação do projeto constitucional em segundo turno, neutralizando qualquer tentativa de paralisação da Constituinte. Ontem, ele começou o dia conversando com o presidente Sarney, passou a tarde telefonando para os governadores e reunindo-se com os principais líderes partidários. No início da noite, manifestou ao senador Fernando Henrique Cardoso a convicção de que hoje haverá quorum suficiente (280 constituintes presentes em plenário) para começar a votação.

O presidente da Constituinte pretende seguir à risca o regimento interno, submetendo primeiramente à votação o projeto global de Constituição, ressalvados os destaques. Na opinião do deputado Ulysses Guimarães, a existência de imperfeições no projeto não justifica a tentativa de obstrução, mesmo porque a maior parte deles já

está sendo revista nas sucessivas reuniões de lideranças. A posição dele é a seguinte: ressaltados os destaques, o projeto global tem que ser aprovado independentemente de eventuais compromissos prévios com futuras alterações. Depois disso, garantida a existência do texto-básico, o presidente da Constituinte não só aceita como também estimula as rodas de negociação em torno dos pontos polêmicos.

Depois de reunir-se com o deputado Ulysses Guimarães, ontem à noite, o líder peemedebista Nelson Jobim anunciou que a posição do seu partido é favorável à votação do projeto constitucional ainda hoje. Para o senador Mário Covas, presidente do PSDB, a margem de negociação no segundo turno é muito pequena, uma vez que não são permitidas modificações, apenas supressão de artigos. Ele considera uma "provocação ao

povo" a ideia de zerar os trabalhos da Constituinte e teme "Conseqüências imprevisíveis" se o Governo insistir nesta tese. "Crítica-se mais a demora da Constituinte que as suas decisões. A população não suporta mais nenhuma protelação", avisou o senador.

O PSDB já começou a listar as emendas que apoiará no segundo turno. A maioria está nas disposições transitórias, de onde o novo partido pretende suprimir a anistia fiscal, a efetivação dos funcionários públicos e o perdão creditício aos microempresários. No texto permanente, os peemedebistas aceitam negociar pontos como os seguintes: limite dos juros bancários, licença-paternidade e jornada máxima de trabalho. Votará pela manutenção da reforma tributária, do voto aos 16 anos e do seguro-desemprego com recursos do Pis/Pasep.